

## **Reunião do Comando Sindical Docente – 25.03.2021 – 17h – online**

Na reunião desta quinta-feira, os participantes fizeram um breve relato de recentes conversas com as reitorias para tratar de assuntos locais e, especialmente, das portarias de progressão nas carreiras, tendo em vista que estas não estão sendo emitidas e as IEES têm dado tratamentos diversos às solicitações dos docentes. Sobre isso, deliberou-se pelo envio de um ofício do Comando Sindical Docente à Apiesp e outros, de cada seção sindical, às suas respectivas reitorias solicitando um posicionamento formal sobre o assunto.

Sobre a organização, considerou-se a necessidade de melhorar o funcionamento do CSD. Para isso, foi elaborado um calendário de reuniões para o ano, indicando a responsabilidade pela organização e secretaria das seções sindicais em cada reunião, e pactuada a ampliação dos esforços para o encaminhamento das deliberações.

Em relação à data-base, um ofício será enviado ao governo exigindo a reposição das perdas salariais desde 2016 a abril de 2021. Também será elaborado um boletim para esclarecer melhor a categoria docente sobre o montante das perdas salariais, tanto o índice quanto a massa de salários perdidos em razão do arrocho salarial de meia década. E mais, pactuou-se que esse será um tema presente nas próximas reuniões do CSD, nas quais haverá balanço das ações efetuadas e o encaminhamento de outras visando à consecução do referido objetivo: reposição salarial.

Sobre a pandemia, manteve-se a orientação da adesão das seções sindicais à campanha do Andes-SN em prol da **Vacinação para todos e todas, já!**, pois não pode haver retorno presencial sem vacina para todos.

Um tema que preocupa os membros do CSD é a reformulação institucional proposta pela reitoria da UEM, que parece se antecipar à LGU e às tendências mercantilizantes contidas nesta lei. Para melhor esclarecimento de todos sobre o assunto, o CSD solicitou à direção do Sesduem que, na próxima reunião sindical em que o assunto for tratado, os membros das outras seções sindicais sejam convidados a participar como observadores.

Outro ponto importante refere-se aos projetos de lei que estão sendo discutidos na Alep, que tratam da criação do marco jurídico estadual para que fundações privadas aumentem a sua presença nas IEES e, principalmente, em seus hospitais universitários. Essas leis, que constituem parte da Lei Geral das Universidades (a qual está sendo “fatiada” por um governo que se utiliza da pandemia para “passar a boiada” do retrocesso nos serviços públicos), irão fomentar a mercantilização desses serviços e, sob o pretexto de ampliar as fontes de financiamento, gangrenar os interesses e a própria coisa pública com o espraiamento dos interesses privados nas IEES e seus hospitais. Para maiores informações, o CSD vai soltar um boletim específico sobre esse assunto.

Por fim, decidiu-se pela realização de uma reunião online conjunta das bases de todas as IEES para tratar do tema LGU. Esta reunião será realizada no dia 07/04 às 15h.